

## ✓ Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas.

Danielle Maia Cruz<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Pós-doutoranda em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora efetiva da Universidade de Fortaleza e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

Artigo apresentado no JOCAPP

**Resumo:** No século XXI, ampliam-se os debates em torno da interdisciplinaridade, chamando a atenção para os usos de metodologias qualitativas em campos do conhecimento focados na mensuração de dados. Este artigo discute o lugar da pesquisa qualitativa em avaliações com enfoques contra-hegemônicos. Toma como eixo de discussão a avaliação em profundidade, problematizando alcances, limites e dilemas impostos quando se confere importância a contextos amplos e aos sentidos e significados atribuídos à política pelos sujeitos por ela contemplados. Argumenta-se que para além de compreensões de ordem epistemológica e metodológica, operacionalizar a avaliação em profundidade implica compromissos ético-políticos que dialogam com a efetivação de direitos no bojo da democracia, sendo este um desafio no campo da avaliação, dadas as disputas de paradigmas distintos que perpassam a ciência.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Pesquisa qualitativa. Enfoques contra-hegemônicos. Avaliação em profundidade.

### EN Counter-hegemonic approaches and qualitative research: the challenges of in-depth evaluation in Public Policies.

**Abstract:** In the XXI century, warm debates have been gaining ground around interdisciplinarity, which draws the attention to the uses of qualitative methods in the fields of knowledge with focus on data measurement. This paper aims to discuss the place of qualitative research in evaluations with counter-hegemonic approaches. Its axis of discussion focuses on in-depth evaluation, by problematizing scopes, limits and dilemmas, when it confers importance to broad contexts and to the meanings and senses given to the politics by those whose are contemplated by it. It is discussed that for beyond the epistemological and methodological understandings, to operationalize the in-depth evaluation implies ethical-political commitments that discuss the effectiveness of rights in democracy and that is a challenge that must be taken in the field of evaluation, which is seen as a dispute of distinct paradigms.

**Key-words:** Public policies. Qualitative research. Counter-hegemonic approaches. in-depth evaluation.

### ES Enfoques contra hegemónicos y la investigación cualitativa: los desafíos de la Evaluación en Profundidad.

**Resumen:** En el siglo XXI, debates calurosos están ganando espacio alrededor de la interdisciplinarietà, llamando la atención para los usos de metodologías cualitativas en los campos del conocimiento, marcados por los enfoques centrados en la mediación de datos. El artículo discute acerca del lugar de la investigación cualitativa en evaluaciones con enfoques contra hegemónicos. Toma como un eje de discusión la Evaluación en Profundidad, problematizando alcances, límites y dilemas impuestos cuando se confiere importancia a contextos amplios y a los sentidos y significados asignados a la política, por los sujetos por ella contemplados. Se argumenta que para además de comprensiones de orden epistemológico y metodológico, operacionalizar la Evaluación en Profundidad implica en compromisos ético políticos que dialogan con la efectivización de derechos en el seno de la democracia, siendo este un desafío sediento de enfrentamiento en el campo de la evaluación, marcada por la disputa de paradigmas diferentes.

**Palabras-clave:** investigación cualitativa; enfoques contra hegemónicos; evaluación en profundidad.

### FR Approches contre-hégémoniques et recherche qualitative : les défis de l'évaluation en profondeur de politiques publiques.

**Résumé:** Au XXIe siècle, de vifs débats gagnent de l'espace autour de l'interdisciplinarité, attirant l'attention sur les usages de méthodologies qualitatives dans des domaines de savoirs marqués par des approches basées sur la mesure de données quantitatives. Cet article traite de la place de la recherche qualitative dans des évaluations de politiques publiques ayant une orientation contre-hégémonique. Nous prenons comme axe de discussion l'évaluation en profondeur de politiques publiques, en problématisant la portée, les limites et les dilemmes qui s'imposent lorsque l'on accorde de l'importance à des contextes larges et aux sens et signifiés attribués à la politique par des sujets qui en sont les bénéficiaires. Nous soutenons qu'au-delà de compréhensions d'ordre épistémologique et méthodologique, rendre opérationnelle l'évaluation en profondeur implique des compromis éthiques et politiques qui dialoguent avec la mise en pratique de droits au sein de la démocratie, constituant un défi qui demande une confrontation dans le champ de l'évaluation des politiques publiques, marqué par la dispute de paradigmes distincts.

**Mots-clés:** Politiques publiques. Recherche qualitative. Approches contre-hégémoniques. Évaluation en profondeur.

## Introdução

Na avaliação de políticas públicas, área em estruturação desde as primeiras décadas do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, usos frequentes de um cabedal instrumental qualitativo, consolidado nas Ciências Sociais, convidam a reflexões sobre limites, alcances e desafios apresentados ao pesquisador/avaliador quando a subjetividade ganha centralidade na produção do conhecimento.

A perspectiva positivista ainda é hegemônica na avaliação das políticas públicas, o que pode ser atestado a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam parte significativa da produção técnica e acadêmica sobre o tema no Brasil e no mundo. Em linhas gerais, o desenho de avaliações tecnicistas centra-se no teste de hipóteses, previamente estabelecidas a partir de apanhados teóricos. O foco é a aferição de resultados com base em eficiência, eficácia e efetividade – indicadores ligados aos interesses de uma agenda política e econômica neoliberal.

Ainda que pese historicamente a hegemonia do paradigma positivista no campo da avaliação, sendas têm sido abertas nas últimas décadas, por onde adentra a interdisciplinaridade. Emergem, assim, avaliações com outros desenhos, voltadas para perspectivas epistemológicas e metodológicas com enfoques contra-hegemônicos, em emergência nesse campo (GUSSI; OLIVEIRA, 2016).

Dado esse cenário, o objetivo deste artigo é discutir a pesquisa qualitativa na avaliação de políticas públicas, aqui entendida como um campo que se debruça para problematizações sobre políticas públicas e, para tanto, além de indicadores estatísticos, fontes bibliográficas e documentais, lança mão de dados empíricos, coletados na pesquisa de campo. Isso requer do pesquisador um esforço artesanal, pois não significa somente manejar técnicas (qualitativas, quantitativas ou mistas), mas, sobretudo, coletar e analisar dados que revelem o *modus operandi* do Estado e da própria noção de avaliação.

Em termos gerais, o artigo apresenta inicialmente os alicerces da pesquisa qualitativa, apontando questões ainda persistentes, travadas no processo de consolidação dos paradigmas positivista e construtivista no século XIX. A discussão prossegue, trazendo a partir da perspectiva da avaliação em profundidade, cunhada por Rodrigues (2008) e amplamente desenvolvida no Mestrado (profissional e acadêmico) em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, aspectos enfrentados pelo pesquisador/avaliador quando este opta por uma abordagem que rompe com a noção de neutralidade e avalia a política focalizando tanto o contexto (social, econômico e político) no qual a política se situa como os sentidos e significados conferidos pelos sujeitos a partir de suas lógicas culturais próprias.

## 1 Positivismo, construtivismo e pesquisa qualitativa

A passagem do século XVIII para o século XIX assinala o surgimento de grandes paradigmas científicos: o positivismo, o historicismo e o materialismo histórico, que começaram a se erigir precisamente quando a historiografia manifestou pretensões científicas no século XIX e, dessa forma, constituiu-se como disciplina universitária (BARROS, 2017).

Mas o que é um paradigma? Qual seu lugar na produção do conhecimento científico? É desejável sempre se valer de paradigmas na avaliação de uma política pública? Em breves linhas, pode-se dizer que “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p. 13).

Perguntas como essas não são respondidas apenas com a definição do conceito de paradigma, pois solicitam um olhar para as dimensões e os processos históricos que atravessaram a revolução científica moderna, quando desde então perspectivas teóricas passaram a ser desenhadas, consolidadas, desafiadas e tensionadas. Refiro-me “ao movimento de ataque a uma imagem de natureza e de ciência da natureza oriunda da filosofia de Aristóteles (384-322 a.C.), aqui designada ‘ciência antiga’” (BRAGA, 2014, p. 27), uma ciência eminentemente contemplativa, qualitativa e de caráter teleológico, ou seja, com visão de mundo e de natureza baseada na noção de finalidade, de fim.

A ciência da natureza teria então como propósito captar o sentido da existência e da mudança das coisas da natureza, já que a noção central que alicerça tal pensamento é a de que cada coisa na natureza existe para realizar sua plena função, alcançando assim seu fim. Há, por conseguinte, uma essência que se sobrepõe à existência, e o significado do “fim” seria:

*lugar natural buscado por cada elemento; fim como função ou atividade própria de cada substância na totalidade da ordem cósmica; e fim como realização plena do potencial para esta atividade própria. O fim de todas as coisas seria a ordem, a harmonia, a beleza do Cosmo como um todo (BRAGA, 2014, p. 28).*

Logo, as coisas existem para realizar seu fim, e o homem, ao desenvolver suas capacidades, existe para reconhecer e apreender a ordem e os significados das coisas. Some-se ao caráter teleológico,

o qualitativo e o contemplativo. Trata-se de uma ciência apoiada em noções qualitativas, ou seja, nas impressões que provocam sensações. De uma perspectiva aristotélica, os sentidos do homem seriam meios confiáveis de apreensão dos processos da natureza. Para a ciência antiga, o conhecimento era a realização do melhor potencial humano, da sua racionalidade. Desvinculado de uma lógica técnica, pois o conhecimento era o fim em si mesmo, ele é contemplação da ordem, da harmonia. Tomando como base uma visão platônica e aristotélica, o conhecimento teórico “representava um caminho por meio do qual a alma se liberta (e se purifica) dos impulsos insaciáveis que levam à inquietação, à ansiedade, à frustração e à infelicidade”; liberta-se daqueles impulsos que buscam os prazeres da sensibilidade” (BRAGA, 2014, p. 30). Despontam aqui os primeiros contornos do empiricismo, concepção de mundo que emana da ciência aristotélica.

O salto da ciência antiga para a moderna ocorreu ao longo de mais ou menos vinte séculos, marcado por importantes momentos como, por exemplo, a retomada do pensamento filosófico no século XIII na Europa Ocidental, quando a vida urbana, com destaque para a criação das universidades vinculadas à Igreja Católica, foi latente – momento importante para São Tomás de Aquino e a Escolástica. *Vide* ainda o século XVI e as descobertas revolucionárias de Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Kepler, Galileu, Isaac Newton, entre outros que colaboraram de forma emblemática para a consolidação da Revolução Científica Moderna, tendo aqui como pano de fundo um cenário marcado pela crise religiosa que questionava veementemente o conhecimento aristotélico/escolástica, cujos desdobramentos foi o surgimento de duas concepções distintas que balizavam a ciência: o empiricismo e o racionalismo.

Diante de todo esse cenário, é importante ter clareza sobre aspectos de fundo que saltam das discussões travadas entre empiricistas e racionalistas, sobretudo no tocante às noções de homem, de realidade e de ciência, configurando dicotomias amplamente problematizadas na trajetória da ciência, especialmente em torno da objetividade e subjetividade do conhecimento. Ora, se para empiricistas como Francis Bacon e John Locke a experiência sensível era meio seguro para erigir o conhecimento, para os racionalistas cartesianos, por sua vez, isso era posto como dúvida metódica, ou seja, um rigoroso e exigente questionamento. Afinal, que garantias de fidedignidade teriam dados colhidos pelos sentidos? Seria efetivamente a mente do homem uma folha em branco, uma tábula rasa dotada de sentidos capturados pela realidade?

Para René Descartes, ícone do racionalismo cartesiano, a “intuição intelectual” seria uma possibilidade confiável para a produção

do conhecimento científico. Aqui, diferentemente do empiricismo, a intuição é processada por uma operação mental (razão) do sujeito, por operações intelectuais que desembocam na descoberta de noções verdadeiras e princípios inatos, como os da lógica matemática, independentes da experiência sensível.

Tudo isso promove uma virada de chave sobre a visão de mundo, de forma que a ciência moderna, em contraposição à antiga, passa a ter o caráter mecanicista, quantitativo e utilitário. O mundo passa a ser percebido a partir de leis gerais que determinam regularidades, uma vez que todo movimento está submetido a leis mecânicas da natureza, tida como imutável. Some-se aqui a noção quantitativa e matemática que baliza o olhar para os objetos e movimentos da realidade, passíveis de mensuração por meio de fórmulas e modelos matemáticos. Assim, a ciência passa a ter caráter utilitário, cabendo ao homem controlar e prever a natureza a partir dos dados obtidos.

Um aspecto importante, pois persistente na história da filosofia, é que para os empiricistas do século XVII, a realidade era dada e exterior ao sujeito; independente de suas elaborações cognitivas, de forma que o conhecimento se produz no movimento da realidade, ou seja, o objeto chega à mente do indivíduo por meio de sentidos. Assim, a confiabilidade dos resultados se dava pela neutralidade do sujeito. Já para o racionalismo cartesiano, a realidade (externa) se torna objeto do conhecimento científico a partir de operações intelectuais do sujeito, processos elaborados por sua mente por meio de uma estrutura lógico-conceitual. A realidade, portanto, não é dada, mas construída pelo sujeito dotado de capacidades inatas para realizar tal operação.

No século XVIII, novas questões se colocam. David Hume, principal expoente do empiricismo daquele século, não rechaça o método indutivo, mas apresenta discussões importantes debatidas no bojo do século XIX: teorias e hipóteses são frágeis, questionando assim a universalidade das descobertas. Do mesmo modo que o idealismo, desdobramento do racionalismo, trouxe problematizações importantes. Para Immanuel Kant, a mente confere objetividade à realidade, impõe uma lógica formal com base em noções de tempo e espaço. Logo, não se percebe a realidade a partir de uma fruição caótica e desordenada dos sentidos, mas com base em processos inatos da mente que possibilitam ao sujeito estabelecer relações, regras de organização espacial e social, noções de causalidade e noções de tempo, entre outras. “A realidade para nós são os fenômenos, organizados por regras próprias, e inatas, da nossa mente” (BRAGA, 2014, p. 65).

Fendas abertas pelo empiricismo e pelo racionalismo vão acompanhar e tensionar a trajetória da ciência moderna, dando espaço para novas correntes de pensamento, a exemplo do Positivismo,

fundado pelo francês Auguste Comte, no século XIX. Para ele, o conhecimento seria o meio capaz de orientar o desenvolvimento pleno da humanidade. Respalado pela lógica das ciências físicas e naturais, o paradigma positivista compreende a realidade como única, objetiva e exterior, regida por leis gerais e passível de manipulação a partir de procedimentos lógicos.

Da perspectiva metodológica, arraigado no método experimental das ciências naturais, o positivismo toma o método científico como garantia da validação do conhecimento, utilizando como critérios a confiabilidade e a replicabilidade. Portanto, assevera a objetividade do conhecimento, preconizando a não interação entre pesquisador e realidade. Orienta que a coleta de dados deve ocorrer independente da forma como os sujeitos os interpretam, pois crenças e valores são carregados de subjetividades. Em suma, busca critérios absolutos de verdade e enfatiza uma abordagem linear de apreensão da realidade, quer dizer, o investigador parte de um conjunto de hipóteses e termina com o teste dessas mesmas hipóteses, construídas *a priori*, isto é, isoladamente da situação empírica, o que resulta num conhecimento confinado a dados geralmente estatísticos. Sob essa perspectiva, preocupa-se com a descrição dos dados exteriores de uma realidade, buscando estabelecer relações de causa-efeito para explicar dada situação que surge no processo investigativo.

Contudo, no curso da história, novas possibilidades surgiram, emergindo críticas ao paradigma positivista, criando assim terreno fértil para o desenvolvimento do paradigma da compreensão, vinculado sobretudo ao interpretativismo de Wilhelm Dilthey, sendo operacionalizado com base em perspectivas distintas entre os historicistas, bem como pela fenomenologia sociológica de Wittgenstein (teórico da linguagem), pela hermenêutica filosófica de Gadamer e pelo construtivismo social<sup>2</sup>.

É, portanto, nesse chão histórico que a pesquisa qualitativa ganha força, sendo uma abordagem que se coloca como possibilidade de dar conta do ponto de vista dos sujeitos por meio de narrativas, cartas, diários, etc. Abre-se espaço para uma compreensão subjetiva dos fenômenos, de forma que a realidade passa a ser concebida não mais como um dado objetivo, mas como um conjunto de práticas materiais e simbólicas. Conferir importância à subjetividade no delineamento de uma pesquisa implica mudanças quanto à construção do problema, à relação pesquisador/pesquisado, à noção de realidade e sujeito, além da escolha dos métodos e das técnicas manejados na construção de um objeto científico.

Diante do exposto, surgem as seguintes indagações: como escolher e manejar metodologias qualitativas na avaliação de políticas públicas? Como construir o desenho avaliativo? Como hipóteses são

construídas? Como categorias de análise são eleitas? Como organizar o conhecimento? Que sentidos ético-políticos perpassam a avaliação com enfoques contra-hegemônicos? Como a abordagem qualitativa oferece ao pesquisador/avaliador alcance para capturar a pluralidade de valores que perpassam uma política? Pensemos então um pouco sobre essas questões a partir da avaliação em profundidade.

## 2 Perspectivas e dilemas da avaliação em profundidade

A potência do paradigma positivista na área da avaliação não é algo isolado e aleatório. Um olhar panorâmico mostra sua notável influência nas pesquisas científicas de diversas áreas, sendo isso enfático em abordagens quantitativas, cuja preponderância sobre as pesquisas qualitativas se deu até meados dos anos 1970. Assim como o positivismo, outros grandes paradigmas teóricos, alicerçados na passagem do século XVIII para o século XIX, balizam concepções de ciência na atualidade, como o historicismo e o materialismo histórico. Ancorados neles, modelos e perspectivas de avaliação de políticas públicas vêm sendo elaborados, colocando ao pesquisador/avaliador exigências de fundo epistemológico, teórico e metodológico, como também possibilidades criativas para enxergar novos caminhos metodológicos e perspectivas epistemológicas a partir do diálogo entre saberes.

A produção do conhecimento científico se organiza a partir de um chão histórico, de demandas que emanam do social. Assim, se os cânones do paradigma positivista têm tido, em nível mundial, notória influência na avaliação de políticas públicas, a conformação desse campo se relaciona intimamente com o cenário de crises econômicas mundiais presenciadas nas primeiras décadas do século XX, como bem mostra a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, sinalizando as tensões no modelo econômico marcado pelo capitalismo de cunho liberal, ou, ainda, a Segunda Guerra Mundial, conformada, entre outros fatores, pelas tensões da intensificação dos processos industriais e os problemas gerados a partir destes. No pós-guerra, Grã-Bretanha, alguns países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, valeram-se do modelo do Estado de bem-estar social, com suas distintas nuances, operacionalizando um conjunto de políticas públicas e programas sociais voltados à garantia de direitos sociais básicos (moradia, trabalho, saúde, educação, seguridade social e segurança alimentar).

Guardadas as particularidades locais, no pós-guerra surgiram na Europa e nos Estados Unidos iniciativas de intervenção do Estado na

<sup>2</sup> Ver Alexander (1987)

economia que o impelia ao mesmo tempo a monitorar as políticas implementadas, aferindo, portanto, se os objetivos tracejados haviam sido alcançados. Assim, se desde tempos remotos ocorreram iniciativas em torno de processos avaliativos, foi especialmente; entre os anos 1950 e 1970, que foram planejados, inicialmente na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos, iniciativas acadêmicas e quadros na administração pública com foco na avaliação das políticas públicas a partir da mensuração de dados que, ao se orientarem pelo positivismo, vigente à época, não conferiam importância às subjetividades na coleta e análise dos dados.

Os ventos sopraram da Europa e dos Estados Unidos, e abordagens quantitativas, ancoradas no paradigma positivista, influenciaram fortemente as avaliações das políticas públicas no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, quando se tem no país, nos marcos da Constituição de 1988, um Estado democrático de direito. Certamente, isso possibilitou a adoção de iniciativas governamentais como forma de garantir direitos sociais básicos. Mas é preciso ter clareza que a avaliação das políticas ganhou tórus no cerne de reformas de cunho neoliberal que exigiam do Estado a fiscalização de ações governamentais que movimentavam recursos de agências financiadoras internacionais, como o Banco Mundial (RODRIGUES, 2011).

A questão central que se coloca é que as avaliações técnicas, ancoradas na lógica positivista, circunscrevem-se à busca de efeitos previstos, desconsiderando os não previstos, encarados como obstáculos a superar. Logo, tem-se pouco ou nenhum espaço para a crítica da própria política, uma vez que se consideram principalmente os elementos de sua formulação e os princípios norteadores. Outro ponto importante é o pressuposto de neutralidade que orienta o avaliador, resvalando em avaliações não comprometidas com noções de justiça social, emancipação e efetividade da democracia.

Desses questionamentos, portanto, surgem, no limiar do século XX, perspectivas de avaliação fundamentadas em paradigmas críticos aos pressupostos do paradigma positivista. Emergem modelos fundamentados no paradigma construtivista hermenêutico com foco na participação, conforme mostram Guba e Lincoln (2011), com a avaliação construtivista responsiva (de Quarta Geração), bastante utilizada na área da Saúde. Ou ainda a avaliação técnica e política da política, centrada na visão crítica da história, na atuação dinâmica, social, transformadora e emancipatória do homem, compreendendo os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinados por causas múltiplas e inseridos na perspectiva da totalidade (SILVA, 2008). Ou ainda a abordagem experiencial, pensada por Raul Lejano (2011), respaldada no paradigma interpretativo pós-construtivista. Com uma proposta ex-

periencial, a avaliação volta o olhar para a política em sua inteireza, ou seja, como ela realmente é experienciada por uma multiplicidade de atores, tomando, portanto, como desafio superar as limitações do paradigma positivista e compreender a política a partir de suas múltiplas dimensões, atentando para a complexidade do fenômeno, ou seja, seu caráter processual, contextual, flexível e dinâmico.

Em suma, guardadas as particularidades de cada abordagem avaliativa, os enfoques críticos ao paradigma positivista se tocam num ponto comum: a importância da subjetividade. Nessas avaliações, vozes e contextos encarnados pela política são escrutinados. As hipóteses surgem da articulação entre pesquisa empírica e reflexão teórica, de forma que os dados provêm de fontes diversificadas de informações: bibliografias, documentos, *surveys*, observações diretas e/ou participantes, grupos focais, entrevistas, registros fotográficos e filmicos.

O avaliador chega perto da realidade observada e dos sujeitos contemplados pela política. No campo, ele pergunta, indaga, anota, registra, sente odores, escuta opiniões, percebe posicionamentos e, ao mesmo tempo, reflete sobre seu lugar. Fatos e valores estão intimamente relacionados, cabendo o controle da subjetividade. Tudo isso requer compreensões sobre os pressupostos filosóficos que alicerçam os paradigmas científicos e também treinamentos teórico-metodológicos para clareza na escolha dos quadros teóricos importantes na mediação dos dados, bem como dos métodos e das técnicas adequados para coletar dados empíricos que respondam questões.

É, portanto, nessa seara que se situa a avaliação em profundidade. Trata-se de matriz teórico-metodológica em permanente construção, perpassada por desafios e dilemas. Se se pensa seus primeiros contornos, quando Rodrigues (2008, 2011) tracejou seus alcances e contribuições no campo da avaliação, alguns aspectos foram primordiais, como a importância da pesquisa qualitativa e o foco hermenêutico e interpretativista. Isto é, uma perspectiva que se volta para compreender os sentidos da política a partir das lógicas dos sujeitos e dos contextos nos quais eles e a própria política estão inseridos.

Com inspiração etnográfica, e não obrigatoriamente de caráter etnográfico, as condições centrais para a realização da avaliação em profundidade é que ela seja ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional e interdisciplinar (RODRIGUES, 2008, 2011, 2017). Isto põe como exigência que não pode somente analisar resultados frente a verificação de metas ou em itens priorizados pelo programa. Como também não se limita a aportes qualitativos, uma vez que sua extensão e detalhamento podem requerer

mobilizar pesquisa quantitativa ou métodos mistos, como a triangulação de dados.

Para tornar mais didática a compreensão do desenho avaliativo, Rodrigues (2008, 2011) elenca quatro dimensões analíticas para a captura dos significados dados à política pelos sujeitos e documentos oficiais: a) análise de conteúdo; b) análise de contexto; c) trajetória institucional de um programa<sup>3</sup> e d) espectro temporal e territorial. Decerto, essas dimensões são bastante importantes para a avaliação em profundidade, pois permitem dar conta da historicidade da política. Mas não se trata de seguir fases predefinidas que devem ser atendidas rigorosamente. Tampouco se trata simplesmente de fazer pesquisa de campo, entrevistas, aplicar questionários, ler gráficos e esquemas estatísticos.

A avaliação em profundidade articula análise e avaliação. Diferente de um modelo fechado, é uma matriz que enfoca o contexto, avançando assim em relação a outras avaliações. O contexto se desenha no texto a partir de tessituras históricas, articuladas por meio de três dimensões: local, nacional e global. Isso requer do pesquisador esforço de compreensão de como questões macroeconômicas e políticas dialogam com eventos locais. Torna-se então fundamental mobilizar quadros teóricos de matrizes interdisciplinares, como a Ciência Política, a Sociologia, a Economia, entre outros.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que não se centra na análise do *aqui e agora*, mas do contexto – político, econômico, social e cultural – no qual a política foi pensada e implementada, observando criticamente seus deslocamentos por diferentes esferas e instâncias de poder, pressupondo entender agendas de governo, marcos econômicos e políticos, estruturas simbólicas (culturais) que orientam os indivíduos, trâmites institucionais e jogos políticos, chegando perto de uma da dimensão nomeada de trajetória, pensada por Gussi (2014). Para que tal empreendimento tome densidade, é importante fazer observações (diretas e/ou participantes) das instituições e também entrevistas com atores-chave situados em diferentes instâncias de poder. Compreender tudo isso demanda atenta e refinada leitura dos documentos oficiais e marcos legais, apreendendo deles conceitos basilares da política.

Da leitura desses documentos, somada às entrevistas dos sujeitos, surgem aos olhos do pesquisador categorias de análise centrais para a interpretação dos dados. Ainda que seja possível eleger previamente algumas discussões teóricas imprescindíveis ao tema, sendo a construção do contexto espaço propício para tanto. Mediados por uma problemática central, dados coletados e teorias vão sendo artesanalmente costurados, dando forma a um texto, acadêmico ou técnico. Números, falas e teorias se organizam e conferem ao leitor

uma compreensão sobre o contexto no qual a política foi implementada e executada, seus deslocamentos por vias institucionais, suas bases conceituais, bem como suas promessas e feitos. Ou seja, lacunas, contradições e alcances vão sendo revelados, permitindo uma avaliação que não se coloca como julgamento da política, mas como meio de compreender seus efeitos a partir dos próprios sujeitos contemplados. Portanto, se a questão central é compreender os sentidos e significados que cercam a política a partir dos próprios sujeitos, não se pode esquecer que a política se encarna em espacialidades e temporalidades específicas.

Mas como dar conta de tudo isso? Em quanto tempo? Que paradigmas e marcos conceituais seguir? Como organizar tantas informações? A avaliação em profundidade alia, dependendo da especificidade da política, dados qualitativos e quantitativos. Outro aspecto importante, é que a escolha dos métodos, das técnicas e perspectivas epistemológicas se articula com a formação do pesquisador/avaliador, as problematizações levantadas e seus compromissos ético-políticos. A construção da avaliação que desemboca em um texto acadêmico ou em um relatório técnico é no fundo um trabalho balizado por concepções de ciência importantes para o pesquisador, mas também um ofício artesanal e criativo, feito em acordo com os prazos institucionais, as possibilidades de inserção no campo, a maturidade teórica e metodológica do pesquisador, além de sua paciência, criatividade e rigor para organizar no corpo do texto dados devidamente analisados.

Portanto, não há tempo determinado para que se tenha garantia da realização de uma avaliação em profundidade. Prazos institucionais de mestrados, por exemplo, pedem agilidade e disciplina. Logo, fazer leituras sistematizadas e iniciar o trabalho de campo com brevidade é fundamental. Ou, ainda, dar excelentes encaminhamentos para construção de indicadores com base em dados qualitativos<sup>4</sup>. Nessa seara, um desafio apresentado à avaliação em profundidade é trazer noções como eficiência, eficácia e efetividade a partir de outros parâmetros, com uma lógica contrária à positivista.

Dando prosseguimento aos encaminhamentos finais, um aspecto central no bojo da contemporaneidade quando se pensa em política pública é a efetivação de direitos democráticos, apoiados em valores progressistas e republicanos. Assim, cabe ao pesquisador/avaliador perceber que ao escolher a avaliação em profundidade ele rechaça a neutralidade científica e entende a política pública como instrumento de promoção de cidadania, justiça social, equidade e emancipação.

O desafio colocado aqui ao avaliador/pesquisador é escolher cuidadosamente o paradigma que orientará sua concepção de ciência. Importa lembrar que paradigmas se constroem com perspectivas

<sup>3</sup>Sobre a noção de trajetória na avaliação em profundidade, ver Gussi (2014).

<sup>4</sup>Ver Gonçalves (2008).

epistemológicas particulares. Logo, é isso o que vai orientar a natureza das questões que movem o pesquisador/avaliador na coleta dos dados, escolha da metodologia, das categorias de análise e análise do material coletado. Paradigmas se situam em terrenos marcados por disputas epistemológicas. Desse modo, operacionalizar a avaliação em profundidade articulando o paradigma interpretativo hermenêutico com o crítico (orientado pela perspectiva do materialismo histórico) ainda é um desafio, mas que começa a ser enfrentado nas dissertações realizadas por pesquisadores do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

### 3 Considerações finais

Independente do enfoque, avaliar uma política pública não se trata somente de instrumentalizar métodos e técnicas de pesquisa, mas implica no esforço de entender a lógica epistemológica e metodológica da qual o pesquisador/avaliador se vale e, dessa forma, as posturas que lhes são exigidas no desenho da política, bem como na coleta e análise dos dados para a avaliação em si. Implica também perceber, no bojo do enfoque contra-hegemônico, as nuances e tensões que emergem quando se busca problematizar a própria noção de avaliação, indo para uma seara mais próxima da análise, da compreensão e da construção de indicadores com base em dados qualitativos. Logo, o que se coloca como ponto central dos enfoques contra-hegemônicos é a apreensão de subjetividades.

Da perspectiva da avaliação em profundidade, a avaliação se traduz como um campo que se volta, a partir de problematizações, para avaliar a política focalizando os princípios que regem o Estado, os contextos nos quais a política se desenha e se desloca por vias institucionais, bem como o ponto de vista dos sujeitos. Trata-se de verificar marcos conceituais, agendas políticas de governo, contextos macroeconômicos, lógicas culturais próprias dos sujeitos e ainda a própria noção de avaliação feita. Nisto, o pesquisador/avaliador, comprometido com questões ético-políticas emancipatórias, reflète permanentemente sobre seu papel, realizando o exercício da reflexividade, como mostra Bourdieu (2003). Em suma, trata-se de perceber como as políticas se desenvolvem, para quem se destinam, qual sua extensão e multidimensionalidade, quais os efeitos alcançados, a que custo ocorreram e, ainda, que dados apontam para a construção de novos indicadores que permitam avaliar a política de forma ampla, densa e profunda.

### Referências

- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.
- BARROS, J. A. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRAGA, R. S. **Positivismo e construtivismo nas teorias do conhecimento da sociedade e das organizações**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- GONÇALVES, A. F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 17-28, jan./jun. 2008.
- GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. **Avaliação de quarta geração**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- GUSSI, A. F. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, H. A.; PRADOS, R. M. N.; SCHIMIDT, C. (Org.). **A música como negócio**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- \_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, B. R. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.
- KUHN, T. S. A prioridade dos paradigmas. In: \_\_\_\_\_. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 115-126.
- LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2011. p. 31-46.
- RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. In: PRADO, E. C.; DIÓGENES, E. M. N. (Org.). **Avaliação de políticas públicas: entre educação & gestão escolar**. Maceió, AL: Edufal, 2011.
- \_\_\_\_\_. Etnografia e métodos etnográficos: limites e possibilidades de sua inserção no campo da avaliação de políticas públicas. **Revista de Ciências Sociais**, n. 47, p. 229-245, jun./dez. 2017.
- SILVA, M. O. da S. e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2008. p. 89-177.